

**PLANO DE TRABALHO DE TERMO DE
FOMENTO**

DADOS E INFORMAÇÕES DA OSC		
Razão Social: Cáritas Arquidiocesana de Brasília		
Endereço Completo: SGAS 601 Módulo 3 e 4 Asa Sul		
CNPJ: 12.437.721\0001-42		
Município: Brasília	UF: DF	CEP: 70200-610
Site, Blog, Outros: http://www.caritas.org.br		
Nome do Representante Legal: Carlos Henrique Silva Oliveira		
Cargo: Presidente		
RG: [REDACTED]	Órgão Expedidor: [REDACTED]	CPF: [REDACTED]
Telefone Fixo: [REDACTED]	Telefone Celular: [REDACTED]	
E-Mail do Representante Legal: [REDACTED]		

O projeto será executando no Terreno localizado
Chácara nº 01, Núcleo Rural Capão Comprido, margens da DF 473, São Sebastião – DF

ACOMPANHAMENTO DA PARCERIA

Responsável pelo acompanhamento da parceria: Paulo Henrique de Moraes

Função na parceria: Coordenador geral

RG:

Órgão Expedidor

CPF

Telefone Fixo

Telefone Celular

E-Mail do Responsável:

DESCRIÇÃO DO PROJETO		
TÍTULO DO PROJETO: Proteção social a imigrantes da etnia Warao		
PERÍODO DE EXECUÇÃO:		
INÍCIO: 04/07//2021	TÉRMINO: 01/09/2021	Meta quantitativa: oferecer serviço de acolhimento para 82 pessoas atendidas pelo projeto.
DESCRIÇÃO DO OBJETO: Projeto-piloto de atendimento socioassistencial destinado a famílias migrantes internacionais e refugiados da Etnia Warao com vivência de rua ou desabrigo em fase de reinserção social, que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia.		

JUSTIFICATIVA:

A América Latina enfrenta atualmente o maior êxodo em sua história recente, com o deslocamento de pelo menos 4 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos para outros países. Esta migração é provocada por problemas de desabastecimento de produtos básicos, da hiperinflação e do aumento da violência causados pela crise econômica e política que afeta o país.

Dentre a população venezuelana que tem buscado o Brasil em busca de refúgio, consta o grupo étnico Warao, o segundo maior grupo indígena desse país. Desde junho de 2020, em meio a situação de emergência pública em saúde provocada pela pandemia de Covid-19, o Distrito Federal entrou no fluxo migratório de famílias de etnia Warao em busca de refúgio. Em novembro de 2020, foram identificadas 13 famílias, com 55 membros ao todo, no território de Brasília. Em junho de 2021 esse número sofreu um acréscimo de 110% e o total identificado de indivíduos da Etnia Warao é de aproximadamente 116 pessoas.

A Cáritas Arquidiocesana de Brasília acolhe desde maio de 2021, 34 usuários em fase de inserção no cadastro do Sistema de Desenvolvimento Social, e a alimentação complementar, a proteção e os demais serviços são prestados por colaboradores e voluntários de outros programas e projetos desenvolvidos pela instituição, tanto com recursos próprios, quanto com contribuições/doações de parceiros e voluntários.

Para o desenvolvimento do Termo Aditivo serão acrescentados ao quadro de colaboradores do projeto, voluntários por meio de chamada pública:

PERFIL	PERÍODO		VAGAS
Estudantes e formados de Assistência Social	Manha	Tarde	02
Estudantes e formados em Psicologia	Manha	Tarde	02
Estudantes e formados de Pedagogia	Manha	Tarde	02
Estudantes e formados em Letras	Manha	Tarde	05
Educadores Sociais	Manha	Tarde	05

O processo seletivo será publicado até 30/06/2021.

Essas famílias encontravam-se em situação de rua em uma ocupação precária, instalada com lonas, ao lado da Rodoviária Interestadual, no Setor de Múltiplas Atividades Sul (SMAS). Elas sobreviveram por meio de doações recebidas no local ou por

prática de mendicância em regiões administrativas próximas. Há um expressivo número de crianças, inclusive na primeira infância, vivendo em situações precárias, expostas a intempéries e com dificuldades de acesso à água.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social realizou acompanhamento das famílias por meio das equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) do CREAS da Diversidade. Embora tenham sido realizadas tentativas de encaminhamento para unidades de acolhimento e de diálogo sobre o acesso a benefícios socioassistenciais para o apoio nos pagamentos de aluguéis no ano de 2020, essas ações não se mostraram efetivas diante das especificidades culturais da comunidade atendida.

Essa população demanda especificamente a necessidade de um espaço de acolhimento para convívio exclusivo da comunidade Warao, onde não ocorra a desagregação ou separação do grupo, bem como para que sejam garantidos espaços adequados às demandas culturais específicas, como acesso à terra para ritos e dormitórios com redes.

Frente a esse contexto, a Cáritas articulou junto aos parceiros da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), Organização Internacional para as Migrações (OIM), Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES/DF), Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal (DFLEGAL), Unidade de Assuntos Religiosos do Distrito Federal (UNAR/DF) e Administração Regional de São Sebastião (RA XIV) proposta de projeto-piloto de atendimento socioassistencial destinado a famílias migrantes internacionais e refugiados da Etnia Warao.

O projeto-piloto teve a duração inicial de seis meses e prevê a garantia de espaço seguro de alojamento provisório, em sistema de cogestão, com presença de equipe técnica de referência para contribuir com a gestão coletiva da moradia e para acompanhamento socioassistencial das famílias e encaminhamento para outros serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial e das demais políticas públicas.

Cabe destacar que, de acordo com o artigo 4º da nova Lei de Migração (Lei 13.445, de 24 de maio de 2017), é garantida no território nacional, em condições de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à

segurança e à propriedade, bem como são assegurados também o acesso aos serviços públicos de saúde, de assistência e a previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória e isenção das taxas, mediante declaração de hipossuficiência econômica.

O atendimento socioassistencial ao povo Warao é uma realidade emergente e inédita no Distrito Federal, apresentando novos desafios ao poder público e a sociedade civil organizada. A modalidade de projeto-piloto responde a esse desafio, buscando construir e testar metodologias de atendimento e garantir uma resolução emergencial a uma situação de desabrigo e grande vulnerabilidade socioassistencial.

Destacamos que o projeto piloto teve alcance inicial para 6 meses porém, por tratar-se de um novo desafio que exige novas forma de gestão, com uma população com necessidades e comportamentos próprios nunca antes acolhidos pela sociedade civil e pelos aparato do Estado no âmbito do Distrito Federal, **percebe-se ser de suma importância a prorrogação do período de atendimento dessa população em 60 dias, a fim de que haja mais tempo hábil para a destinação adequada dos indivíduos da etnia Warao.**

DETALHAMENTO DAS AÇÕES:

ACOLHIMENTO EM ESPAÇO SEGURO EM REGIME DE COGESTÃO

O presente plano de trabalho propõe a prorrogação desse período em 60 dias vistos os desafios de promover o alojamento do referido público onde o período inicial estimado mostrou-se insuficiente do ponto de vista da complexidade das ações que envolvem o atendimento ao povo da etnia Warao. Por tratar-se de um desafio de ordem jamais trabalhada dentro das políticas públicas distritais, a prorrogação do período de alojamento no alojamento Raio de Luz mostra-se essencial.

As famílias Warao estão acolhidas no Projeto “Raios de Luz” da Cáritas Arquidiocesana de Brasília, situada à Chácara nº 01, Núcleo Rural Capão Comprido, margens da DF 473, São Sebastião – DF. As lideranças do grupo, com a presença de seu Cacique, visitaram o local e manifestaram concordância com o acolhimento no espaço.

Durante o processo de instalação foram construídas regras de cogestão do espaço, com metodologia participativa e garantia de respeito à diversidade cultural. Foram desenvolvidas regras específicas para coibir a inserção de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, bem como situações de violência contra as mulheres.

No processo de adequação do espaço às necessidades culturais dos Waraos, foram realizadas adaptações arquitetônicas do espaço. A equipe conta com dois coordenadores de acolhimento, em regime de revezamento, equipe de portaria para controle do acesso e segurança, cozinheiro e assistente de cozinha para apoio ao processo de alimentação garantindo segurança alimentar e nutricional e equipe de orientadores sociais para apoio à cogestão cotidiana.

A oferta de alimentação foi realizada por meio de processo de co-gestão com as famílias Warao, com a destinação de alimentos que serão destinados por organizações parceiras do projeto: OIM (Organização Internacional para as Migrações).

ACOMPANHAMENTO SOCIOASSISTENCIAL

As famílias Warao continuarão a receber atendimento socioassistencial por equipe multiprofissional composta por psicólogo e assistente social. Serão utilizadas metodologias de atendimento em grupo, individual e familiar, bem como a realização de oficinas e outras atividades coletivas. A equipe técnica atua de forma integrada com os demais profissionais, realizando o processo de acolhida inicial, escuta qualificada, levantamento e identificação de demandas e vulnerabilidades, construção de plano de atendimento familiar, atualização de prontuários, estudos de caso em conjunto com a rede, inserção (salvaguardados critérios de elegibilidade) nos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados no Distrito Federal, programas de transferência de renda e promoção do acesso às demais políticas públicas.

Considerando as especificidades linguísticas e culturais do povo Warao, o atendimento deve se pautar na interculturalidade e no contexto esforço de compreensão e tradução cultural, garantindo a autodeterminação cultural e favorecendo a inserção social na sociedade brasileira.

O acompanhamento socioassistencial continuará sendo realizado de forma articulada com os serviços e equipamentos socioassistenciais do

território, em especial o CRAS, CREAS e Centro de Convivência.

Articulação intersetorial e construção de plano integrado de atuação com demais políticas públicas

Reconhecendo o ineditismo do projeto e a complexidade da situação do povo Warao no contexto de refúgio no Brasil durante o contexto da pandemia do Covid-19, o desenvolvimento do projeto requereu planejamento integrado com as políticas de trabalho, educação, saúde, cultura, habitação e políticas setoriais de proteção a refugiados, migrantes, crianças, adolescentes, mulheres e pessoas idosas.

Para isso continuarão sendo realizadas reuniões periódicas com demais políticas públicas para construção e monitoramento de um plano integrado de atuação com a comunidade Warao.

É importante salientar que os indígenas foram vacinados contra COVID 19 no presente ano.

Promoção do acesso ao mundo do trabalho

Essa estratégia continuará a ser pensada e estruturada em articulação com parceiros de outras instituições e demais políticas públicas, de modo a facilitar a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, em articulação com a Secretaria de Estado do Trabalho (SETRAB/DF), bem como articular o acesso com empresas e contratantes ao perfil dos profissionais existentes. A inserção no mundo do trabalho e a inclusão social produtiva permite que os imigrantes adquiram autonomia e independência, fundamento para que os mesmos alcancem o autossustento. Além disso, ao identificar as habilidades e potencialidades da cultura Warao, buscará inseri-los em programas de artesanato e agricultura a fim de promover o acesso à renda, baseada nos princípios da Economia Popular Solidária.

METODOLOGIA:

Para atender a sua missão a Cáritas trabalha com a metodologia do Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS), tanto na instituição como junto a grupos e projetos e experiências comunitárias. O Planejamento estratégico institucional; diagnóstico participativo e a construção coletiva do saber e troca de saberes tendo como pano de fundo o protagonismo do público trabalhado, são realizados trimestralmente, por meio de encontros com a diretoria e grupos atendidos pela Cáritas onde são realizados momentos de

monitoramento e avaliação das atividades previstas.

A Cáritas prioriza as ações desenvolvidas em parcerias com as pastorais sociais, com outras igrejas, movimentos sociais e com o poder público, bem como a Educação Popular e a Educação Contextualizada e a Comunicação para fins de Mobilização Social.

Todas as questões relacionadas com a preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável e solidário são também temas a serem trabalhados pela Cáritas nessas comunidades focando sempre nas questões:

- Construção coletiva do saber a partir das experiências de vida e comunitária onde as ações se desenvolvem, resgatando o conhecimento e o saber popular, bem como a religiosidade popular, e a cultura dos povos tradicionais.
- Animação do protagonismo dos sujeitos (mulheres, crianças, adolescentes, homens, jovens e pessoas idosas), onde é sempre suscitada a criatividade, a liderança e a parceria;
- Formação para o controle social, garantia de Direitos e construção de políticas públicas, o que tem levado a construção de experiências relevantes para a Cáritas, para as comunidades e para a sociedade no geral.

A operacionalização deste plano prevê uma gestão participativa entre o Poder Público, Organizações Sociais, Órgãos de Controle e Organismos Internacionais para discutir e promover a execução das ações, objetivos e metas.

Meios de verificação: documentos comprobatórios de regularidade; visita dos gestores do termo de fomento; registro fotográfico; avaliação dos usuários.

Meta: Realizar construção de regras de cogestão do espaço de forma participativa, considerando características culturais do grupo étnico Warao.

Indicadores: Regras construídas, registradas e disponibilizadas em português e espanhol aos usuários, com reavaliação participativa bimestral.

Meios de verificação: Atas e fotografias de reuniões de construção de regras; Cópias das regras construídas e fotografias de sua disponibilização aos usuários.

Meta: Utilizar as ferramentas de gestão de vagas determinadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social a fim de garantir a transparência e controle no processo de disponibilização e ocupação de vagas.

Indicadores: Relação entre quantidade de vagas disponibilizadas através de ferramentas eletrônicas e a totalidade de vagas disponibilizadas na instituição.

Meios de verificação: Relatório do Sistema Integrado de Desenvolvimento Social.

Meta: Garantir a atuação dos profissionais previstos no projeto.

Indicadores: Quantidade de profissionais previstos no Plano de Trabalho e profissionais em efetiva participação.

Meios de verificação: Lista de profissionais em atuação; folhas de ponto; visitas não-informadas à instituição (efeito sentinela).

Meta 1.1 Garantir o acolhimento imediato às famílias e indivíduos da etnia Warao identificados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social que desejem ingressar no projeto, garantindo a possibilidade de expansão até 82 indivíduos.

Indicadores: Relação entre a quantidade de vagas disponibilizadas através de ferramentas eletrônicas e a totalidade de vagas preenchidas no projeto.

Meios de verificação: Relatório do Sistema Integrado de Desenvolvimento Social, visitas do gestor.

1. Resultado esperado: Realizar o acompanhamento socioassistencial a todas as famílias e indivíduos atendidos pelo projeto durante sua realização, apoiando a construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas.

Meta 1.2. Registrar todos os atendimentos socioassistenciais realizados no Sistema Integrado de Desenvolvimento Social. Indicadores: Relações de famílias com prontuário atualizado no mês e total de famílias inseridas no

projeto. Meios de verificação: Relatório do Sistema Integrado de Desenvolvimento Social.

Meta 1.3. Desenvolver atividades coletivas com programação construída em conjunto com as famílias Warao que estimulem a convivência comunitária.

Indicadores: Números de atividades coletivas desenvolvidas no mês. Meios de verificação: Relato de atividades, registros fotográficos.

Meta 1.4. Encaminhar usuários a serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do território, bem como aos programas de transferência de renda, considerando critérios de elegibilidades.

Indicadores: Números de encaminhamentos realizados, com detalhamento por serviços, programas, projetos e benefícios.

Meios de verificação: Cópias de encaminhamento ou declarações de unidades que receberam o encaminhamento informando o referenciamento das famílias.

2. Resultado esperado: Promover o acesso dos usuários prioritariamente às políticas de saúde, educação e assistência jurídica.

Meta 2.1: Levantar necessidades de atendimento das famílias Warao em demais políticas públicas, em especial nas políticas de saúde, educação e assistência jurídica.

Indicadores: Relação entre o número de indivíduos com necessidades identificadas e número total de indivíduos atendidos no projeto.

Meios de verificação: Cópia do mapa de necessidades, registro de estudos de caso.

Meta 2.2: Construir plano com participação intersetorial de atendimento aos indígenas Warao com rede local, redes setoriais e demais políticas públicas.

Indicadores: Plano construído. Meios de verificação: Cópia do plano.

Meta 2.3 Realização de reuniões mensais intersetoriais para avaliação do plano.

Indicadores: Número e frequência de reuniões de avaliação e monitoramento realizadas com membros da rede de atendimento durante a execução do projeto.

Meios de verificação: Atas de reunião, participação do gestor nas reuniões, Registros fotográficos.

3. Resultado esperado: Desenvolver ações que potencialize o acesso ao mundo do trabalho e/ou atividades de geração de renda.

Meta 3.1 Levantar habilidades e interesses de inserção profissional dos membros adultos com capacidade laborativa da comunidade Warao.

Indicadores: Relação entre o número de indivíduos com habilidades e interesses identificados e número total de indivíduos adultos com capacidade laborativa atendidos no projeto.

Meio de verificação: Registros em prontuários, cópia de instrumentais de registros de habilidades e interesses.

Meta 3.2 Realizar atividades formativas com foco no fomento da economia solidária e encontros educativos voltados ao fomento da autonomia.

Indicadores: Quantidade de encontros formativos e educativos realizados ao longo do projeto. Meios de verificação: Atas, relatos, listas de presença, registros fotográficos.

Meta 3.3 Realizar encaminhamentos para oportunidades de trabalho e formação profissional, considerando interesses, auxiliando no processo de produção de currículos e requisitos para seleção.

Indicadores: Relação entre a quantidade de usuários encaminhados para oportunidades de trabalho e o número total de indivíduos adultos com capacidade laborativa atendidos no projeto.

Meios de verificação: Registro em prontuários, listagem de usuários encaminhados, cópias de encaminhamento.

PROVISÕES:

I. Ambiente Físico: Moradia provisória; endereço de referência; condições de repouso; espaço de estar e convívio; guarda de pertences; lavagem e secagem de roupas; banho e higiene pessoal; vestuário e pertences, com acessibilidade em todos seus

ambientes, de acordo com as normas da ABNT.

- II. Recursos Materiais: Material permanente e material de consumo necessário para o desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computador, impressora, telefone, camas, colchões, roupa de cama e banho, utensílios para cozinha, alimentos, material de limpeza e higiene, vestuário, brinquedos, entre outros.
- III. **Recursos Humanos:** 1 coordenador geral do projeto; 1 coordenador administrativo; 2 supervisores de acolhimento atuando em escala de revezamento; 6 orientadores sociais; 1 auxiliar administrativo; 1 assistente social; 1 psicólogo; 1 cozinheiro; 1 auxiliar de cozinha; 1 profissional para serviços gerais; 3 agentes de portaria/agente patrimonial.
- IV. **Disponibilizar até 16 voluntários mantidos por meios técnicos e ou financeiros pela Cáritas Arquidiocesana de Brasília para apoio ao atendimento dos 116 acolhidos pelo projeto.**

TRABALHO SOCIAL ESSENCIAL:

Acolhida/Recepção; escuta; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; estímulo ao convívio grupal e social; estudo Social; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; protocolos; acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; referência e contrarreferência; elaboração de relatórios e/ou prontuários; acesso e registro de dados no Sistema Integrado de Desenvolvimento Social (Sids 2.0); trabalho interdisciplinar; diagnóstico socioeconômico; informação, comunicação e defesa de direitos; orientação para acesso à documentação pessoal; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o trabalho; mobilização para o exercício da cidadania; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

AQUISIÇÕES DOS USUÁRIOS:

Segurança de Acolhida:

1. Ser acolhido em condições de dignidade;
2. Ter sua identidade, integridade, história de vida e autodeterminação cultural preservadas;
3. Ter acesso a espaço com padrões de qualidade quanto a: higiene, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto para cuidados pessoais e repouso.

Segurança de convívio ou convivência familiar, comunitária e social:

1. Ter assegurado o acesso a serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas setoriais;
2. Ter assegurado o convívio comunitário e social.

Segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social:

1. Ter acesso à documentação civil;
2. Poder construir projetos de vida e alcançar autonomia;

TABELA 01 - CRONOGRAMA EXECUTIVO		
Ação 1: Realizar o acolhimento de indígenas Warao em espaço seguro em regime de cogestão	INÍCIO	TÉRMINO
Estruturação dos espaços físicos com mobiliários necessários em parceria com ACNUR/OIM (atividade em curso/pré-execução)	01/12/2020	25/12/2020
Seleção e capacitação das equipes de trabalho	25/12/2020	31/12/2020
Criação e/ou readequação do pacto de convivência dos abrigos	25/12/2020	31/12/2020
Criação e/ou adequação dos instrumentais de acompanhamento e monitoramento dos abrigos	25/12/2020	15/01/2021
Acolhimento de famílias e indivíduos da etnia Warao em regime de cogestão com a capacidade de acolher até 120 indivíduos	01/01/2021	24/06/2021
Realização de adequações arquitetônicas considerando especificidades culturais	01/01/2021	28/02/2021
Reuniões mensais das equipes de trabalho	25/12/2020	01/09/2021
Avaliação continuada do projeto-piloto a fim de construção de proposta continuada de serviço voltado a esse público, considerando as suas especificidades culturais e demandas socioassistenciais	25/12/2020	01/09/2021

TABELA 02 - CRONOGRAMA EXECUTIVO

Ação 2: Acompanhamento socioassistencial	INÍCIO	TÉRMINO
Mapear os serviços socioassistenciais na área do projeto	25/12/2020	15/01/2021
Acompanhamentos dos protocolos de refúgios (certidão de nascimento) e demais documentação (CPF, Carteira de Trabalho, Cartão do SUS, carteiras de vacinação)	01/01/2021	01/09/2021
Acompanhamentos dos Benefícios sócio assistenciais (BPC, Bolsa Famílias, Auxílios Emergenciais etc.)	01/01/2021	01/09/2021
Acompanhamentos das demandas jurídicas em articulação com a defensoria pública	01/01/2021	01/09/2021
Reuniões mensais com a rede SUAS referenciada (CRAS, CREAS, SCFV)	01/01/2021	01/09/2021
Registro e atualização de dados no Sistema Integrado de Desenvolvimento Social, disponibilizado pela SEDES	25/12/2020	01/09/2021

TABELA 03 - CRONOGRAMA EXECUTIVO

Ação 3: Articulação intersetorial e construção de plano integrado de atuação com demais políticas públicas	INÍCIO	TÉRMINO
Levantamento inicial dos equipamentos sociais da comunidade (escolas, praça, igrejas, quadras etc.)	25/12/2020	31/01/2021
Articulação com as secretarias de Educação, Saúde, Trabalho, Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Cultura, Defensoria Pública, Conselho Tutelar e Ministério Público para inclusão dos acolhimentos nas políticas e construção de plano intersetorial de ação.	25/12/2020	31/05/2021
Acompanhamento dos indivíduos e famílias junto às UBS da região	01/01/2021	02/07/2021
Inserção das crianças e adolescentes na Rede de Educação local	05/01/2021	01/03/2021
Elaboração de projetos complementares, considerando novas necessidades identificadas no percurso da execução	25/12/2020	24/06/2021

TABELA 04 - CRONOGRAMA EXECUTIVO

Ação 4: Promoção do acesso ao mundo do trabalho		
Identificação de histórico profissional dos indivíduos, levantamento de habilidades e interesses	01/01/2021	21/08/2021
Formações e atividades educativas de economia solidária	01/03/2021	21/08/2021
Levantamento de possibilidades profissionais e encaminhamento dos indivíduos	01/01/2021	21/08/2021

TABELA 05 - CRONOGRAMA EXECUTIVO

MARCOS EXECUTORES		
AÇÃO: Conferência mensal conforme metas, atividades e indicadores pelo gestor da parceria.	INÍCIO Janeiro/2021	TÉRMINO 01/09/2021

**TABELA 06 | CRONOGRAMA FISICO E FINANCEIRO DO ADITIVO DO TERMO DE FOMENTO 04/2020
VIGENTE DE 04/07/2021 à 01/09/2021**

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	QT	JULHO	AGOSTO
1	Coordenador Geral	R\$ 15.248,40	1	R\$ 7.624,20	R\$ 7.624,20
2	Coordenador Administrativo	R\$ 8.710,84	1	R\$ 4.355,42	R\$ 4.355,42
3	Supervisor de acolhimento	R\$ 16.772,84	2	R\$ 8.386,42	R\$ 8.386,42
4	Auxiliar administrativo	R\$ 5.142,00	1	R\$ 2.571,04	R\$ 2.571,04
5	Orientadores Sociais	R\$ 35.745,66	6	R\$ 17.872,83	R\$ 17.872,83
6	Psicólogo	R\$ 8.386,42	1	R\$ 4.193,21	R\$ 4.193,21
7	Assistente Social	R\$ 8.386,42	1	R\$ 4.193,21	R\$ 4.193,21

8	Cozinheiro	R\$ 4.817,64	1	R\$ 2.408,82	R\$ 2.408,82
9	Assistente de cozinha	R\$ 4.493,20	1	R\$ 2.246,60	R\$ 2.246,60
10	Serviços Gerais	R\$ 4.493,20	1	R\$ 2.246,60	R\$ 2.246,60
11	*Agente Patrimonial	R\$ 14.040,00	3	R\$ 7.020,00	R\$ 7.020,00
VALOR TOTAL DO RH DO TERMO ADITIVO		R\$ 126.236,62		R\$ 63.118,31	R\$ 63.118,31

TABELA 07 | CRONOGRAMA FISICO E FINANCEIRO DO ADITIVO DO TERMO DE FOMENTO 04/2020 VIGENTE DE 04/07/2021 à 01/09/2021

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL	QT	JUL	AGOSTO
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS	R\$ 5.900,00	2	R\$. 2.950,00	R\$. 2.950,00
2	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA E AUTORIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE GÁS GLP	R\$ 5.100,00	2	R\$ 2.550,00	R\$ 2.550,00
3	COMBUSTÍVEIS/ ÓLEO AUTOMOTIVO	R\$ 2.763,38	2	R\$ 1.381,69	R\$ 1.381,69
VALOR TOTAL DE PJ DO TERMO ADITIVO		R\$ 13.763,38		R\$ 6.881,69	R\$ 6.881,69

Tabela 08 | VALORES A SEREM LIQUIDADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL AUTORIZADO	VALORES A SEREM LIQUIDADOS
1	ADITIVO PROVENIENTE DE EMENDA PARLAMENTAR DE R\$ 140.000,00	R\$ 126.236,62	R\$ 13.763,38

Tabela 09 – TABELA BRUTA DE DESPESAS VIGENTE DE 04/07/2021 à 01/09/2021

ITENS	VALORES EM REAIS
RECURSOS HUMANOS:	R\$ 126.236,70
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS	R\$ 5.900,00
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA E AUTORIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE GÁS GLP	R\$ 5.100,00
COMBUSTÍVEIS/ ÓLEO AUTOMOTIVO	R\$ 2.763,38
TOTAL GERAL	R\$ 140.000,00

JUSTIFICATIVA PARA EFETIVAÇÃO DO TERMO ADITIVO

() TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DO PROJETO

A referida solicitação de Termo Aditivo ao Termo de Fomento 04/2020, justifica-se pelo fato de ajustar os recursos para pessoas físicas e jurídicas, com vistas a cobertura e adequação aos custos direto e indiretos como por exemplo a manutenção e disponibilização de contratação de serviços contábeis, contratação de serviços de pessoa jurídica especializada e autorizada para disponibilização de gás GLP, combustíveis e ou óleo automotivo, com vistas a atender ao público alvo do projeto e seus colaboradores, conforme previsto no Plano de Trabalho.

Desta forma solicito que dos R\$ 140.000,00 previstos ao termo aditivo, que seja assim aplicado:

R\$ 126.236,70 nos recursos humanos;

Que o valor restante de R\$ 13.763,38 a ser liquidado (tabela 08) seja redistribuído conforme o descrito na tabela 07.

Outro ponto a ser destacado, e que justifica a efetivação do Termo Aditivo é a questão das estratégias para geração de trabalho, emprego e renda que estão em curso, como por exemplo:

- a) Ação com a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais, onde acontece o curso de panificação em parceria com o SENAI, OIM e Cáritas Arquidiocesana de Brasília.
- b) O curso de panificação teve início em 07/06/2021 nos turnos matutino e vespertino das 8h às 12h e das 14h às 18h, sendo 17 alunos indígenas Warao nas duas turmas.
- c) Os Caciques ficaram responsáveis pela monitoria do curso. O curso tem a duração de 200 horas aula.
- d) Transporte e alimentação (lanche) inclusos. O curso começou desde 17/06/21 e vai até agosto.
- e) Quatro mulheres participam das turmas.

As estratégias foram baseadas em três objetivos:

- a) Identificação de histórico profissional dos indivíduos, levantamento de habilidades e interesses;
- b) Formações e atividades educativas de economia solidária;
- c) Levantamento de possibilidades profissionais e encaminhamento dos indivíduos.

Outro projeto em fase final de negociação é a parceria com a SETRAB no Programa Renova-DF, um programa de qualificação profissional criado pela Secretaria de Trabalho para atender 3 mil alunos, com ajuda de custo no valor de um salário mínimo, além de auxílio transporte e seguro contra acidentes pessoais. As aulas de auxiliar de manutenção, com noções em seis profissões, serão práticas e aplicadas na conservação do patrimônio público de nossa cidade.

- a) Formações: carpinteiro, jardineiro, eletricista, encanador, serralheiro e pedreiro.
- b) Duração mínima de 80 horas (até 20 horas semanais).
- c) O projeto tem a previsão de início até a primeira quinzena de julho de 2021, e estamos pleiteando 50 vagas para a inclusão do nosso público;

Dando continuidade as iniciativas de inclusão por meio de capacitação e qualificação profissional temos em andamento Projeto de Extensão de Ação Contínua (PEAC) de Autonomia cultural e linguística Warao no contexto de migração e refúgio. Este projeto externo de extensão prevê ações de caráter antropológico e linguístico para apoiar o acolhimento de indígenas refugiados no Distrito Federal.

- a) Este projeto de extensão visa contribuir para o acesso dos Warao à educação, saúde, qualificação profissional de demais direitos previstos para indígenas, migrantes, mulheres e jovens e crianças, contribuindo também para a formação da equipe diretamente envolvida com os indígenas no âmbito do Centro, assim como para a orientação de agentes da sociedade civil e lideranças comunitárias e dos servidores responsáveis pela gestão da política social, da educação e da garantia de direitos da criança e do adolescente no DF.

Curso de Português Vila Brasil e Universidade de Brasília:

- a) Os cursos de Português, alfabetização básica e básico intermediário, que tem a duração de 2 meses e 15 dias (junho a agosto).
- b) As aulas estão em andamento desde 12/06 a 12/08, sempre às terças e quintas na Administração Regional de São Sebastião para um público de 15 alunos matriculados.

Continuamos com os acompanhamentos dos Protocolos de Refúgios, que são:

- a) Regularização de vistos e etc;
- b) Emissão de Certidão de Nascimento, CPF, Carteira De Trabalho, Cartão do SUS, Carteiras de
- c) Vacinação entre outras;
- d) Acompanhamentos dos Benefícios Sócio Assistenciais (Cadúnico, BPC, bolsa famílias, auxílios emergenciais etc;
- e) Acompanhamentos das demandas jurídicas em articulação com a defensoria pública;
- f) Reuniões mensais com a rede suas referenciada (CRAS, CREAS, SCFV);
- g) Registro e atualização de dados no Sistema integrado de Desenvolvimento Social (SIDS), disponibilizado pela SEDES.

Continuamos a abrigar, conforme previsto na ação 01: realizar o acolhimento de indígenas Warao em espaço seguro em regime de cogestão.

São 116 pessoas acolhidas pelo projeto. E Ainda não temos o indicativo de onde serão acomodadas estas 30 famílias ao termino do termo de fomento 04/2020.

Continuamos com a acomodação das crianças nas escolas da cidade, entrega de materiais, atividades pedagógicas, matrículas, testes de nivelamento e acompanhamento psicossocial e de assistência às famílias.

As demais atividades são conduzidas normalmente, (dentro dos protocolos contra o COVID 19), as ações de saúde tiveram grande demanda, seguidas por segurança alimentar e nutricional, e iniciativas para efetivação e busca de parcerias para o projeto.

A implantação das novas rotinas administrativas, continuam em curso, o objetivo é melhorar os serviços ofertados ao nosso público alvo, bem como melhorar a eficiência nos resultados almejados pelo Termo de Fomento N° 04/2020.

Desta forma a Cáritas Arquidiocesana de Brasília provocará entre os meses de julho/agosto, por meio de articulação com as secretarias de educação, saúde, trabalho, desenvolvimento social, direitos humanos, cultura, defensoria pública, conselho tutelar e ministério público a criação de um fórum permanente para inclusão dos indígenas refugiados nas políticas públicas e a construção de plano intersetorial de ação para este público.

ANEXO I: CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

HISTÓRICO:

A Cáritas-DF é um organismo vinculado à Confederação Nacional dos Bispos (CNBB) e foi criada em 2010 com objetivo de promover a vida e contribuir para a construção de uma sociedade justa e plural com as pessoas em situação de exclusão social. Dessa maneira, o organismo tem promovido a reivindicação de uma sociedade igualitária, em defesa das pessoas em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal (DF) e Entorno.

Foi criada em 08 de abril de 2010, estabelecendo como sede a Paróquia Bom Jesus, Av. L2 Sul, quadra 601, Brasília, DF. Em Assembleia foram apresentadas sua missão, diretrizes, princípios e o Plano de Ação. Este plano passa por revisão anual, de acordo as necessidades. Seu objetivo é difundir a cultura da solidariedade e da cooperação na promoção dos direitos básicos de todas as

peessoas.

Dentre as suas diretrizes, a Cáritas-DF está comprometida com a defesa e promoção de direitos, incidência e controle social de Políticas Públicas, fortalecimento da rede Cáritas e desenvolvimento solidário e sustentável.

PRINCÍPIOS:

São princípios da Cáritas-DF:

Promover a vida humana: defesa e promoção da sociobiodiversidade.

Construir no seu dia a dia um projeto de sociedade solidária e sustentável.

Cultivar a Democracia Participativa reconhecendo o protagonismo das pessoas assistidas.

Promover a cultura da solidariedade.

Acolher uma mística e espiritualidade libertadora: estar aberta ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso e intercultural.

TRABALHO EM REDE:

A Cáritas Brasileira como uma das 164 organizações-membros da Rede Cáritas Internacional presentes no mundo. Nacionalmente, a Cáritas é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Está organizada em uma rede com 183 entidades- membros, 12 regionais – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe) – e uma sede nacional. Atua em 450 municípios, sendo presença solidária junto às pessoas mais empobrecidas.

A Cáritas Arquidiocesana de Brasília foi criada dentro da experiência do trabalho em Rede e com população em situação de risco e vulnerabilidade, através de ações próprias e em conjunto com outras instituições, órgãos e coletivos.

PROGRAMAS E AÇÕES:

A Cáritas desenvolve Programas, Projetos e Ações, pautada no desenvolvimento local, solidário e sustentável, observando a territorialidade, as relações solidárias, a luta por direitos e na construção de uma democracia participativa.

Atua nas áreas: da Economia Solidária, da Segurança Alimentar e Nutricional, dos Fundos Solidários, na gestão de riscos e em situações de emergências, nas lutas emancipatórias, nas redes de articulação, no fortalecimento dos fóruns e ações de incidência política,

Todas essas ações visam promover: os processos coletivos, organizativos, o protagonismo de grupos e comunidades construindo espaços democráticos de inclusão e transformação social.

São público alvo de suas ações - crianças e jovens, mulheres, catadores (as) de materiais recicláveis, pequenos(as) agricultores(as), acampados(as) e assentados(as) de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de riscos e afetadas por desastres socioambientais

A Cáritas em suas diferentes sedes desenvolve oito Programas que se complementam e integram em função da sua missão social. São eles:

I. Programa Infância, Adolescência e Juventude (PIAJ)

O Programa Infância, Adolescência e Juventude (PIAJ) tem o objetivo garantir o princípio da proteção integral às crianças, adolescentes e jovens com distintas e contextualizadas metodologias e perspectivas, fortalecendo as comunidades e coletivos na construção de uma sociedade em que a violência seja superada e uma cultura de paz e tolerância sejam efetivos entre todos e todas. O PIAJ teve início na década de 2000, quando a Cáritas Brasileira define como uma das suas ações a criação de uma política nacional para atender a infância e adolescência, vinculada a garantia e a promoção dos direitos deste público, com o objetivo de intensificar a formação para o protagonismo e o trabalho junto aos Conselhos de Políticas Públicas incorporados à juventude.

Para atender seu propósito o PIAJ realiza encontros nacionais de adolescentes, formação política com grupos e comissões regionais de adolescentes e jovens a partir das campanhas e mobilizações para garantia de direitos.

Dentre as ações desenvolvidas podemos destacar: o Voto Adolescente, o Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual, a Participação na Gestão de Políticas Públicas, a Campanha Contra a Redução da Maioridade Penal, além de seminários regionais e nacionais com temáticas sobre a conjuntura atual e elaboração dos planos de ação regional e nacional. Por meio do PIAJ, a Cáritas também tem atuado nos espaços de mobilização para efetivação dos direitos, como na prevenção e erradicação do trabalho infantil, campanhas contra a violência e extermínio de jovens e pela aprovação do Estatuto da Juventude.

Também destacamos a Campanha Nacional Contra a Violência e o Extermínio de Jovens, que foi uma ação articulada de diversas organizações para levar a toda a sociedade o debate sobre diversas formas de violência contra a juventude, especialmente o extermínio de milhares de jovens. Com isso a campanha objetivou avançar na conscientização e desencadear ações que possam mudar essa realidade de morte.

Políticas Públicas e Participação Social

O crescente envolvimento em processos que buscavam a construção de políticas públicas sociais levou a Cáritas a participar ativamente, de modo especial, no processo de regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). A dinâmica das Semanas Sociais Brasileiras contribuiu para a Cáritas clarear o caminho e a direção dessa linha de ação relacionada com as políticas públicas e mobilizações cidadãs.

Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional

Segurança Alimentar e Nutricional significa garantir e assegurar a todos e todas condições de acesso a alimentos saudáveis básicos, seguros e de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares culturalmente adaptadas e saudáveis.

A Cáritas Brasileira está presente no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e em vários conselhos

estaduais contribuindo no processo de proposição de políticas, bem como no monitoramento das já existentes, na perspectiva da garantia de direitos às populações mais carentes do Brasil.

Além disso, assessora grupos e comunidades de camponeses/as na formação de hábitos alimentares saudáveis no cultivo de hortas medicinais e plantios agroecológicos, na criação de pequenos animais, no acesso ao crédito e na gestão de fundos rotativos solidários, entre outras iniciativas de produção coletivas. Desde 2005, cerca de 20 mil famílias foram beneficiadas. As ações de Segurança Alimentar e Nutricional são realizadas em parceria com diversas organizações sociais de lutas pela terra.

Dentro ainda da proposta da segurança alimentar, com o objetivo de proteger e preservar a flora e fauna, a Cáritas capacita os grupos para trabalhar no processo de recuperação e o manejo sustentável de nascentes, rios e açudes, visando o aproveitamento responsável dos recursos hídricos locais. O reflorestamento das matas ciliares e o plantio de árvores frutíferas também fazem parte dos projetos comunitários.

Política Pública de Economia Popular e Solidária

Cerca de 10 mil trabalhadoras e trabalhadores apoiados pela Cáritas Brasileira em organizações coletivas de produção, comercialização e consumo. A Economia Popular Solidária (EPS) é uma estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário fundamentada na organização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras com interesse de melhorar a qualidade de vida por meio do trabalho associado, cooperativado ou mesmo em grupos informais. É ainda uma maneira de combater as desigualdades do atual sistema e de construção de outro modo de produzir, consumir e de pensar as relações entre as pessoas.

Há mais de 30 anos a Cáritas apoia grupos de Economia Popular Solidária voltados à emancipação social, política e econômica de comunidades em situação de pobreza. Aproximadamente 600 agentes Cáritas de 176 entidades-membro acompanham os empreendimentos formados por adolescentes, jovens, grupos de cultura, catadores/as, mulheres, populações rurais e urbanas, migrantes, comunidades em situação de risco, famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família, quilombolas, indígenas, acampados e assentados da reforma agrária.

Programa com Catadores e catadores de recicláveis

A Cáritas Brasileira atua no enfrentamento da pobreza e pela valorização da profissão de catador e catadora de materiais recicláveis. A entidade assessora grupos informais na formação de cooperativas e associações, apoia a organização do trabalho, além de atuar no fortalecimento da estrutura para auxiliar em trabalhos como: obtenção de galpão para estocar os materiais coletados, equipamentos de proteção, máquinas de processamento de materiais, entre outros. Desde 2003, mais de 5,7 mil catadores/as foram beneficiados/as.

A Cáritas e os/as catadores/as discutem a erradicação dos lixões, a estruturação do trabalho e a política de coleta seletiva como atuação de desenvolvimento socioambiental, garantindo a autonomia de organização dos grupos. Essa perspectiva é adotada nos cursos de formação, com destaque para a abordagem da defesa e garantia de direitos. Catadores/as passam a se reconhecer e ser reconhecidos como cidadãos de direitos e passam a reivindicar o acesso aos serviços públicos de saúde, educação e moradia, dentre outros direitos.

A entidade estimula a mobilização para erradicação do trabalho infantil. As ações desenvolvidas com os filhos e filhas de catadores/as diminuíram o trabalho de crianças na catação e proporcionaram sua inserção em programas governamentais, além da permanência na escola.

VI. Programa Centro de Acolhida a refugiados

O número de pessoas que buscam refúgio no Brasil tem aumentado a cada dia. De acordo com o Comitê Nacional de Refugiados (Conare), do Ministério da Justiça, atualmente o país conta com 5.208 refugiados(as) de 80 nacionalidades. O número de pedidos aumentou mais de 800% nos últimos anos, de 566 em 2010, saltou para 5.256 em 2013. O número de pedidos aceitos também aumentou: de 126, em 2010, para 649, em 2013. Ser acolhido(a) com dignidade em outro país é um direito humano.

A Cáritas Brasileira é uma das poucas entidades que prestam serviços de acolhida e integração a refugiados(as) no Brasil. A Cáritas, além de contar com inúmeros parceiros, conta ainda com a Agência da ONU para Refugiados (Acnur) e com o Ministério da Justiça para a realização dos programas de Acolhimento, Proteção Legal e Integração Local.

VII. Programa Convivência com Semiárido

O desenvolvimento sustentável e solidário vai além do aspecto econômico, integrando as dimensões sociais, culturais, políticas e ambientais – tendo como finalidade a melhoria da qualidade de vida. Essa concepção tem como fundamento à mobilização social e coletiva para a autogestão.

A Cáritas Brasileira promove a Convivência com o Semiárido a partir da mobilização e organização comunitária; formação técnica e política para o desenvolvimento local sustentável; implementação de obras hídricas (cisternas, pequenas barragens, perfuração de poços) e de projetos produtivos (criação de pequenos animais, lavouras coletivas, hortas medicinais, entre outros).

Neste processo a entidade atua também na formação de educadores/as nas comunidades atingidas, visando um processo de educação contextualizada à região, que busca valorizar os saberes e as culturas locais. Além disso, mobiliza e articula a sociedade civil para o controle social de políticas públicas em defesa dos direitos das populações sertanejas. Desde 1999, mais de 100 mil famílias foram atendidas com obras hídricas e mais de 70 mil com atividades educacionais e produtivas.

VIII. Gestão de Risco e Emergências

Mais de 100 mil famílias já foram atendidas pelo programa: A identidade da Cáritas Brasileira está essencialmente vinculada à atuação em situações de emergências. A entidade promove ações de solidariedade nacionais e internacionais de atendimento a comunidades afetadas por desastres socioambientais ou que estão em situação de vulnerabilidades em áreas de risco.

As emergências provocadas por desastres naturais são, em grande parte, socialmente produzidas e vinculadas a processos de vulnerabilidades social e econômica. Quando dessas situações, também são oportunizadas ações estratégicas de prevenção, proteção e cuidado com a natureza.

A Cáritas Brasileira atua na gestão de Riscos e Emergência com ações integradas com as políticas públicas e conta com a solidariedade da sociedade civil que contribuem com as campanhas emergenciais para possibilitar ações que vão desde: o socorro

imediatos, à reconstrução de infraestrutura e a defesa de direitos.

O Projeto-piloto de atendimento socioassistencial destinado a famílias migrantes internacionais e refugiados da Etnia Warao com vivência de rua ou desabrigo em fase de reinserção social, demonstra o quanto os editais públicos e as isenções fiscais concedidas ao setor filantrópico são fundamentais para a transformação social de cidades, estados e países. Pois, além do retorno social para a cidade, estado ou país, também há o retorno econômico /financeiro. Pois segundo a pesquisa lançada pelo Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF), e intitulada: “A contrapartida do setor filantrópico para o Brasil”, e realizada pela DOM Strategy Partners:

“... nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, a cada R\$ 1,00 (um real) obtido por isenções fiscais, cada instituição filantrópica retorna R\$ 5,92 em benefícios para a sociedade.”

“Se as áreas de atuação forem analisadas separadamente, na Saúde, este coeficiente de contrapartida sobe para R\$ 7,35. Ou seja, a cada R\$ 100 que um hospital beneficente deixa de pagar de impostos, investe R\$ 735 no atendimento à população. Na Assistência Social, a cada R\$ 100, o retorno à sociedade é de R\$ 573,00 e na educação, R\$ 386,00 – por meio da concessão de bolsas de estudo, por exemplo.” FONTE: (<http://www.fonif.org.br/publicacoes/pesquisa/>)

E ainda, nem citamos áreas como o trabalho e previdência social, entre outras tantas áreas de influência deste projeto, e de outros tantos mais pelo Distrito Federal. Desta forma, fica mais fácil de ilustrar o que estamos realizando, nestes pouco mais de cinco meses, aqui no Distrito Federal.

Temos ainda muito o que melhorar, mas cabe a certeza, que a cada mês, melhoramos em aspectos até então, nunca testados antes, tendo em vista o ineditismo deste projeto.

Nestes pouco mais de cinco meses, reforçamos a convicção de que a nossa fortaleza reside em nossos colaboradores, nossos parceiros, apoiadores e patrocinadores que contribuem, dia a dia na esperança de um mundo melhor e mais igualitário.

Por fim, cabe reforçar que a Cáritas é signatária do Protocolo de Assistência a Migrantes em Situação de Vulnerabilidade, elaborado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), e a cada dia trabalha seguindo com foco nos direitos humanos, na garantia de uma assistência individualizada, em um ambiente que combate qualquer tipo de discriminação ou preconceito com base em nacionalidade, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, capacidade, raça, etnia, idioma, status social ou qualquer outra condição. Sempre levando a autodeterminação e participação das famílias migrantes internacionais e refugiados da Etnia Warao atendidas pelo projeto. Para mais informações sobre os resultados e andamento do Termo de Fomento 04/2020, seguem anexos os relatórios informativos de janeiro a junho de 2021.

Brasília 25 de junho de 2021.

Respeitosamente,



Paulo Henrique de Moraes
Secretário Executivo
Cáritas Arquidiocesana de Brasília